



UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CAILANE ALVES BRASIL

**O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO BULLYNG ENQUANTO
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL VIVENCIADA POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2021

CAILANE ALVES BRASIL

**O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO BULLYNG ENQUANTO
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL VIVENCIADA POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Esp. Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

CAILANE ALVES BRASIL

**O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO BULLYNG ENQUANTO
EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL VIVENCIADO POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Esp. Cecília Bezerra Leite

Data de aprovação: 02 / 07 / 2021

Banca Examinadora

Prof.^a. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

Prof.^a: Esp. Jamille de Lima Vieira
1º examinadora

Prof.^a: Me. Maria Clara de Oliveira Figueiredo
2º Examinadora

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, depois a todas as pessoas a minha volta que de alguma forma contribuíram com a minha formação, me deram força e motivação. Em especial, a minha orientadora e toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado forças e nunca ter me deixado desistir, não foi uma jornada fácil, mas até aqui ele me sustentou. Aos meus pais, Cicero Claudio Vitorino Brasil e Regilane Alves dos Santos Brasil, meus irmãos Camile e Caio, e a minha avó Francisca, que foram os meus maiores incentivadores e sempre se orgulharam de cada pequena conquista. Fica aqui a minha gratidão, sem vocês não teria sido possível.

Ao meu esposo, Francisco Edvanio M. Bezerra Junior, que foi meu apoio em tantos momentos, que sempre me incentivou, sempre esteve comigo quando as coisas estavam difíceis, que nesses últimos meses de muita tensão, se mostrou compreensivo e acompanhou de pertinho toda a minha caminhada! Sou muito grata por tê-lo comigo.

A minha orientadora e também professora, Cecília Bezerra Leite, a quem sempre tive profunda admiração, exemplo e quem sempre me arrancou muitas gargalhadas! Cecília é inspiração, e foi uma pessoa fundamental na minha jornada de produção de trabalho de conclusão de curso, muita gratidão!

Aos meus professores acadêmicos, cada um deles contribuiu de forma significativa e me inspirou em algum momento, levo um pouco de cada um deles, em especial as minhas orientadoras de estágio, Jamile Vieira e Jacsa Vieira, que tanto me ensinaram na prática e da melhor maneira, serão sempre meus exemplos de profissionais.

E por fim, as minhas amadas colegas e amigas que levarei pra vida, Sandy, Mylena, Kananda, Daianna, vocês foram e são fundamentais na minha formação e na minha vida, sempre pude contar com cada uma, uma relação de muita reciprocidade e companheirismo, muita felicidade por termos chegado até aqui! Orgulho de nós!

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo! Nelson Mandela.

RESUMO

O Bullying é uma das maiores demandas que geram rebatimentos na aprendizagem de crianças e adolescentes no contexto da educação básica, pois suas consequências violentas trazem danos psicológicos e físicos aos que sofrem esse tipo de violência na escola. Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo compreender como o assistente social realiza o enfrentamento as demandas do Bullying enquanto expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no âmbito escolar. Especificamente, conhecer a intervenção do assistente social no contexto escolar frente aos direitos da criança e do adolescente a educação, dialogar sobre o bullying, a família e a escola e suas conexões com a vida e a formação dos alunos, e também, verificar os principais impacto causado pela intervenção do assistente social no bullying escolar. Por fim, faz uma análise com uma das principais problemáticas que surgem na infância e adolescência dentro das salas de aula, apontando as causas, impactos e soluções. Tendo em vista que a ideia central do trabalho surgiu a partir de vivências pessoais e profissionais, dentro de uma escola, este trabalho possibilitou ampliar o olhar sobre a temática e a oportunidade de entender com os olhares do Serviço Social. A metodologia traçada para o estudo se compreende como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Conclui-se que o serviço social é primordial para que os alunos tenham a melhoria da qualidade do ensino quando estes profissionais realizam intervenções sobre o Bullying, as tornando mais conscientes e contribuindo para que obtenham o êxito na escola.

Palavras Chaves: Serviço Social. Bullying. Escola. Educação. Expressões da Questão Social.

ABSTRACT

Bullying is one of the biggest demands that generate repercussions in the learning of children and adolescents in the context of basic education, as its violent consequences bring psychological and physical damage to those who suffer this type of violence at school. With this in mind, this study aims to understand how the social worker copes with the demands of bullying as an expression of the social issue experienced by children and adolescents in the school environment. Specifically, knowing the intervention of the social worker in the school context regarding the rights of children and adolescents to education, dialoguing about bullying, family and school and its connections with the life and education of students, and also verifying the main impact caused by the intervention of the social worker in school bullying. Finally, it analyzes one of the main issues that arise in childhood and adolescence within the classroom, pointing out the causes, impacts and solutions. Considering that the central idea of the work arose from personal and professional experiences within a school, this work made it possible to broaden the perspective on the theme and the opportunity to understand with the eyes of Social Work. The methodology outlined for the study is understood as a bibliographical research, with a qualitative approach of the descriptive type. It is concluded that social service is essential for students to improve the quality of education when these professionals carry out interventions on Bullying, making them more aware and contributing to their success in school.

Keywords: Social service. Bullying. School. Education. Expressions of the Social Question.

LISTA DE SIGLAS

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

CF88- Constituição federal de 1988

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

LDB- Lei de Diretrizes Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPITULO I: SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: INTERVENÇÕES FRENTE AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A EDUCAÇÃO....	24
1.1 OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A EDUCAÇÃO: breves apontamentos	24
1.2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: perspectivas para fomentar o elo entre o acesso a educação, permanência e a conclusão desse nível de educação	28
CAPITULO II: DIALOGANDO SOBRE O BULLYING, FAMÍLIA E ESCOLA: efeitos na vida de crianças e adolescentes estudantes	33
2.1 COMPREENDENDO O BULLYING COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: aspectos que deixam marcas nos estudantes.....	33
2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR: importância de sua participação para a efetivação do direito a educação de crianças e adolescentes.....	36
CAPÍTULO III: ENTRE O ELO DA ESCOLA E A FAMÍLIA O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: Intervenções possíveis.....	40
3.1 DELIMITANDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: o caminho para a estrutura da pesquisa.....	40
3.2 O BULLYING NA ESCOLA E A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: uma intervenção necessária	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O Serviço Social e a Educação têm seus caminhos cruzados desde a gênese da profissão, ou seja, ainda em meio a década de 30 e desde então vem ganhando espaço tanto para atuação, quanto para as discussões sobre a temática, envolvendo os profissionais, alunos, a escola ou instituições do ensino superior, a família e a comunidade.

Compreende-se que a política de educação é de extrema importância para guiar os passos de crianças e adolescentes para a construção de sua aprendizagem e conseqüentemente influenciar nas suas relações sociais, e que também os proporcionar o direito a uma formação humana, cidadã e que contemple seus projetos de vida.

A educação assim como o serviço social tem se transformado e avançado na sociedade, ainda que para ambos estejam postos limites e desafios que precisam ser trabalhados. Neste sentido, é preciso contribuir através do debate dessa política e da inserção da categoria em seus níveis de ensino, e aqui privilegiamos debater essa ação profissional na educação básica.

Faz-se extremamente importante ressaltar as contribuições que a atuação nesta área tem diante de tantas vulnerabilidades sociais na realidade dos estudantes, vulnerabilidades estes frutos das expressões da Questão Social, dentre elas o bullying. É nesse intuito que o presente trabalho de conclusão de curso se justifica diante da atual conjuntura social, política e econômica da sociedade brasileira que perpassam a educação, e que tem apresentado uma demanda cada vez mais frequente de assistentes sociais no campo destacado.

Esse trabalho iniciou-se a partir da necessidade recorrente de entender as atribuições e competências do assistente social na política de educação, focando sobre demandas comumente atravessadas no âmbito escolar e que trabalhar ações para resolução destas é necessário para que os alunos possam ter acesso, permanecer no ambiente escolar e obter o êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Embora ainda muito tímida a atuação desse profissional nessa área principalmente em se tratando da educação básica, verifica-se uma necessidade do desenvolvimento de projetos que introduzam e incentive a prática do referido profissional na política pública neste nível de ensino, de modo que sua atuação venha

a contribuir para eficiência, eficácia e efetividade dos serviços disponibilizados ao público alvo desta política.

Nesse sentido, é sabido que a partir de 2019 a categoria conquistou um grande marco para a trajetória da profissão na educação, já que foi sancionada a Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. De fato, o que o profissional precisa é que se faça jus a essa nova lei e criem-se os serviços na escola, ampliando a inserção do assistente social.

Para tanto, espera-se que esse recorte a ser estudado possa contribuir para a compreensão do perfil do assistente social em atuação nas escolas de educação básica, bem como servir para orientar o entendimento da sociedade, dos órgãos e entidades públicas e privadas que absorvem a mão de obra desse profissional, e das demais categorias profissionais e dos próprios assistentes sociais acerca do vasto leque de possibilidades de atuação que dispõe o referido profissional no trato com os principais problemas que a sociedade brasileira vem enfrentando nos dias atuais e que adentram as escolas.

Em um primeiro momento, com a construção do capítulo I, esta pesquisa apresenta uma discussão sobre o Serviço Social na educação e o direito a educação por crianças e adolescentes, delimitando os principais assuntos envolta dessa perspectiva. No capítulo II, é feita uma aproximação ao bullying, o reconhecendo como expressão da questão social, falando de suas causas, quem são os agentes participativos desse fenômeno, e após o reconhecê-lo discutiu-se o papel da família junto a escola e a educação das crianças e adolescentes, dada sua centralidade neste processo.

O capítulo III trará os aspectos metodológicos delimitados para este estudo, e posteriormente as principais reflexões sobre as intervenções possíveis do assistente social sobre o bullying como expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no contexto escolar da educação básica.

Em se tratando da metodologia, essa foi pensada de acordo com os limites da temática estudada, almejando uma discussão que permitisse a apreensão da temática da melhor maneira possível, desse modo optou-se pela realização da pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva, e no que tange sua abordagem, optou-se pela abordagem de natureza qualitativa. Esta delimitação foi positiva para que a temática estudada fosse elucidada conforme será mostrado a seguir.

Espera-se que com a discussão novos olhares para o serviço social no contexto da educação básica e sua intervenção no bullying na escola sejam apreendidos, que a comunidade acadêmica e profissional possa ver o quão esse trabalho é imprescindível para o sucesso escolar, e conseqüentemente da política educacional, além de reafirmar o compromisso dos assistentes sociais e sua importância na efetivação do acesso, condições de permanência e conclusão do ensino.

CAPITULO I: SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: INTERVENÇÕES FRENTE AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A EDUCAÇÃO

Este capítulo almejou demonstrar como o Serviço Social está situado na educação, e mais especificamente no ambiente escolar, ou seja, na educação básica, envolvendo o que possibilita essa sua inserção e intervenção que são justamente os direitos das criança e do adolescente a esta política, tão necessária para que os mesmos consigam se inserir nas escolas e construir sua cidadania em meio as diversas práticas educativas que irão participar. A discussão se volta primeiramente para compreender quais os mecanismos que resguardam o direito da criança e adolescente ao âmbito da educação contemporânea realizando breves apontamentos, e em seguida, como o serviço social pode intervir no contexto educacional escolar.

1.1 OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A EDUCAÇÃO: breves apontamentos

Após vinte e um anos de governo militar no Brasil, houve um processo no país de intensa mobilização popular, em que milhões de pessoas foram às ruas reivindicar seus direitos e exigir que houvesse a participação da sociedade civil nas eleições. Em 1988 após a reabertura democrática foi promulgada a nova constituição federal, com ela inaugurando um conjunto de direitos para a população, dentre estes o direito a educação.

A educação está reconhecida enquanto direito constitucional perante nossa carta magna de 1988, consta em seu Art.205. como direito de todos e dever do Estado e da família, com a visão que objetiva o pleno desenvolvimento das pessoas, cidadania e qualificação em questão do trabalho (BRASIL, 2020).

É preciso compreender o significado da política de educação para adentrar no seu debate e importância para as crianças e adolescentes, desse modo, apresentaremos a seguir a concepção de educação que o Serviço Social deve apreender, levando em consideração as relações sociais e as contradições do nosso atual sistema econômico:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. (CFESS, 2014, p. 16).

Dentro dessa concepção de educação, compreende-se que ela assim como o trabalho é inerente aos cidadãos e no seu movimento estão presentes possibilidades para os sujeitos se emanciparem e também contradições, pois nela estão inseridas tanto a classe trabalhadora quanto a classe burguesa, e em meio a isso a política de educação sendo parte de uma disputa também, não é a toa que existem as ondas neoliberais que tem atingido cada vez mais essa política tão valiosa, que para as crianças e adolescentes brasileiras deve ser pública, gratuita e de qualidade.

Com essa reflexão é possível entender a dimensão que a educação tem, hoje em dia a educação é vista como o principal mecanismo para construir a cidadania, ter uma formação não só voltada para o mercado de trabalho, mas principalmente humana, e para sua organização foi regulamentada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)– Lei nº 9.394/1996 que representa toda a estrutura de ensino no Brasil.

Um dos principais níveis de ensino é a educação básica, pois nele se inicia a trajetória de várias crianças e adolescentes no processo de ensino e aprendizagem, e como é a base do ensino deve ocorrer da melhor forma possível, sobre esta, o Art. 22 da LDB aponta que:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 2020, p. 18).

A partir dessa concepção cabe mencionar que é preciso investimento do poder público para estrutura a rede de ensino, e fazer jus a essa finalidade almejada. E em se tratando de crianças e adolescentes é preciso levar em consideração para essa estruturação suas particularidades, buscando promover um processo de ensino e aprendizagem que contemple sua capacidade.

Atualmente, crianças e adolescentes possuem legislações própria que resguarda e prioriza suas demandas, considerando que estes são considerados em desenvolvimento. Nesse sentido, a legislação conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, absorve a denominação trazida na CF de 1988 como o que entende por educação para este grupo, deixando claro também que esse direito social é de responsabilidade da união, estados e municípios, bem como dos pais e ou responsáveis.

Essas garantias permitem que as crianças e adolescentes se desenvolvam em um processo educacional integrado, que possibilite o entendimento de sujeitos de direitos na sociedade. Ademais, se constitui como dever do Estado prover uma educação de qualidade, gratuita e obrigatória, atendimento especializado para casos de crianças e adolescentes com deficiência, garantindo um processo de aprendizagem digno e acessível. Também é obrigatório a oferta de creches e pré-escolas para as crianças em todos os níveis sociais sem distinção, indo de encontro as que mais precisam de atenção e assistência na sua formação como sujeito de direito, além disso, os níveis de ensino relacionados à pesquisa e criação artísticas de forma a integrar esses indivíduos no âmbito cultural. (COSTA et al., 2020, p. 08-09).

Dessa forma pode-se dizer que a educação para crianças e adolescentes tem múltiplas responsabilidades e também múltiplos responsáveis, objetivando dar todo o suporte necessário para que os estudantes consigam adentrá-la, pois sem essas devidas garantias não haverá qualidade e efetividade. Isto sempre estando aliado ao entendimento de que nesse processo educativo deve prevalecer o melhor interesse desse grupo que está em desenvolvimento.

Para compreender melhor o quanto a educação representa fase importante para esses jovens, Moreira e Silva (2020), apontam que:

O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes está protegido juridicamente em convenções internacionais e no ordenamento jurídico brasileiro, sendo garantido a partir de políticas públicas de atendimento. Ele deve ser possibilitado a partir da responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade, e é um dos pilares para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. (MOREIRA e SILVA, 2020, p. 2-3).

Nesse contexto, observa-se, então, que a educação se apresenta enquanto um instrumento primordial para que crianças e adolescentes dentro do processo de ensino e aprendizagem consigam atingir a autonomia, emancipação,

tenham seu pleno desenvolvimento dentro da sociedade e possam construir suas relações sociais.

Debater a educação, compreendendo seu sentido, o que ela representa para o público alvo deste trabalho, bem como sinalizando os mecanismos que a garantem perante a política e legislação brasileira é indispensável. Isso se considerar que diversos fatores sociais estão presentes no contexto escolar trazendo vulnerabilidades que são desafiadoras para manter esse público no processo de ensino e aprendizagem, e se não compreendermos o sentido da educação, não será possível romper com essas dificuldades que estão a ameaçando constantemente.

Dentro dessas colocações é possível ter um panorama de como a educação deve ser efetivada na prática enquanto direito assegurado de crianças e adolescentes, mas é preciso pensar também diante de como se estruturou esse ensino em nosso país, levando em consideração os atuais entraves para o sucesso escolar, pois apesar da força dessas características que o ensino para o público em destaque deve ter, existem as questões econômicas, sociais, políticas e culturais que geram rebatimento nisso.

Esse contexto desafiador aparece historicamente porque com a possibilidade de acesso da classe trabalhadora a esta política, sabe-se que suas demandas também chegaram a educação e serão barreiras para alcançar o êxito. Brevemente, para não prolongar o debate pode-se entender isso conforme Ferriz e Barbosa (2019),

Ao possibilitar ainda que timidamente a inserção da classe trabalhadora na educação escolarizada, outras demandas começaram a se apresentar nesse espaço, a exemplo do analfabetismo, da evasão escolar, da repetência, além de questões relacionadas às condições de vida dos alunos e suas famílias, a saber: a pobreza, a fome, as doenças devido à falta de saneamento básico, a violência, dentre outras, as quais se apresentaram ao longo das décadas de desenvolvimento da educação brasileira como demandas (...). (FÉRRIZ e BARBOSA, 2019, p. 34-35).

Perante a isso, percebe-se como a educação pode ser difícil e desafiadora considerando que essas demandas são expressões da Questão Social,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 83-84)

Assim, fica evidente que inerente a política de educação, as classes que fazem parte dela tem várias demandas fruto dessa questão social, principalmente quando em sua maioria se trata da classe trabalhadora, que suas condições muitas vezes não garantem nem a subsistência, e que é preciso mecanismos para além das leis que asseguram o acesso de crianças e adolescentes a este ambiente escolar, para que se tenha uma educação de qualidade.

1.2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: perspectivas para fomentar o elo entre o acesso a educação, permanência e a conclusão desse nível de educação

Como sinalizado anteriormente acerca do direito a educação por crianças e adolescentes, existem várias legislações que a colocam como direito fundamental. Atualmente esse direito se comparado com o passado histórico da política de educação o acesso já é bem mais viável, principalmente se levar em consideração a consolidação da inserção da classe trabalhadora no âmbito educacional.

Entretanto, também foi possível enxergar um conjunto de expressões da questão social que estão inseridas também no contexto educacional, assim como a necessidade de enfrentamento a estas, o que o estado fará por meio do Serviço Social. Assim, é preciso compreender para além do direito das crianças e adolescentes de acesso a educação, como se trabalham as suas demandas para que permaneçam no processo de ensino e aprendizagem, e aqui sinalizaremos a particularidade do serviço social, que com sua prática tem muito a contribuir.

Para contextualizar com a história da profissão antes de adentrar no debate e formato atual da prática profissional, a seguir estaremos sinalizando brevemente onde tudo começou nessa relação educação e serviço social,

Destacadas algumas pontuações históricas acerca da Educação brasileira e, na busca de resgatar traços de origem da relação entre Educação e Serviço Social, sinaliza-se que essa articulação começa a ocorrer no Brasil em meados de 1930, mais precisamente em 1936, quando se instala a primeira escola de Serviço Social (CASTRO, 2000; CFESS, 2011 apud DENTZ e SILVA, 2015, p. 15).

Com esse entendimento, desde as origens da profissão no Brasil já se estabelecia uma relação, que apesar de na época ter práticas não ainda sintonizadas com a vertente crítica não podem ser esquecidas porque fizeram parte da história da

profissão, de sua atualização e ruptura com posturas conservadoras para chegar nas intervenções que existem na contemporaneidade.

Partindo dessa concepção, para falar desse espaço sociocupacional na contemporaneidade e não levar o debate para um outro tipo de análise que fale mais sobre protoformas e trajetórias, é preciso saber que o trabalho do assistente social na educação vai partir primeiramente de alguns seguimentos da formação, ou seja, é necessário que ele esteja primordialmente seguindo as competências e atribuições profissionais:

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). (CFESS, 2014, p.25).

Tendo como base o CEP, a lei da profissão, e as diretrizes curriculares da ABEPSS será possível realizar e discutir essa inserção nas escolas desvelando o trabalho profissional sintonizado com a consolidação da classe trabalhadora, da democracia e defesa dos mais vulneráveis, equidade e justiça social.

Além disso, é preciso que tenhamos a compreensão da importância das políticas sociais para dar suporte a essas intervenções que os profissionais vão fazer nas expressões da questão social, pois as políticas sociais garantidas por via do estado amenizam ou solucionam as demandas que estão constantemente presentes na realidade escolar. Isso posto:

O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais. E as políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação. (CFESS, 2014, p. 27).

Visualiza-se diante disso que o assistente social diante da sua formação qualificada precisa primordialmente que as instituições deem condições materiais e imateriais para realização da sua prática, e por isso é preciso que se saiba a importância das políticas sociais nesse ponto, pois elas irão justamente assegurar tais

condições, sendo essenciais para a intervenção com as crianças e adolescentes no ambiente escolar

Nesse caminho, agrega-se também quais as possibilidades de intervenção profissional na educação, é importante delimitá-las para que não se tenha visões equivocadas do fazer profissional, e nem se ultrapasse competências de outras profissões. Sendo assim:

O trabalho da/o assistente social no campo da educação não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolverá ações com as famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação, com gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos, com as/os profissionais e as redes que compõem as políticas sociais, as instâncias de controle social e aos movimentos sociais. Ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. Além disso, realizará planejamento, sistematização, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas da atuação profissional na direção da identificação de demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o seu enfrentamento, considerando as articulações com outras/os profissionais e com a rede de proteção social. (CRP-12; CRESS/SC; SINPSI/SC; ABEP/SC; ABEPSS; ENESSO, 2021, p. 09).

Essa delimitação proposta para o fazer profissional na educação e principalmente no contexto da educação básica, está sintonizada com o objetivo da mais recente legislação, a Lei 13.935 de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Reconhecendo esse campo como um dos mais necessários, das as vulnerabilidades que se apresentam na vida dos estudantes e que adentram os muros escolares.

Atrelado a isso, cabe apresentar de modo mais específico ainda algumas ações que o profissional pode realizar, dentre elas as que delimitou Martins (1999),

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; Estimular a vivência e o aprendizado do processo demo-crático no interior da escola e com a comunidade; Fortalecer as ações coletivas; Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; Maximizar a utilização dos recursos da comunidade; Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às no-vas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70).

Um trabalho que possa ter efetividade será realizado com os alunos, professores, demais pessoas da equipe escolar, com os pais e também com a comunidade, isso garante que o assistente social alcance as várias instâncias da vida dos alunos, trabalhando o individual e o coletivo, além de que as competências e atribuições profissionais garantem suas inserções também na gestão da política educacional das redes escolares.

Agregando mais ainda subsídios a sua atuação e sua capacidade interventiva, os assistentes sociais podem realizar trabalho conjunto com demais profissionais, não só se referindo aos psicólogos, mas também os próprios professores, ou profissionais de saúde do município levando ações e conectando a escolas e os alunos a diferentes lugares e políticas, visando articular forças que façam com que as demandas dos alunos sejam resolvidas, encaminhadas e articuladas para os devidos lugares de competência.

Ao mencionar essas parceiras com outros profissionais para articulação de esforços em prol de um processo de ensino e aprendizagem sem as barreiras das vulnerabilidades sociais, é importante refletir que o assistente social adentra o espaço da educação para unir forças e não substituir profissionais que já estejam atuando na área como professores e gestores.

“(...) a missão do profissional de serviço social na educação em nada, e de forma alguma substitui as ações do ponto de vista da relação ensino-aprendizagem, campo de saber de professor e de pedagogos que desenhem uma organização do seu fazer profissional em todos os níveis da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação bem delimita as ações dos professores, bem como a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social também estabelece as competências e as atribuições desse profissional. Não existe a possibilidade de se confundirem suas ações, atribuições e competências. Quantas vezes os próprios professores ou pedagogos dizem: “tenho que ser psicólogo, assistente social...”. Nesse discurso explicita-se o reconhecimento de dinâmicas que ocorrem no interior da escola para as quais os professores não foram formados para dar conta e não precisariam ser”. (SILVA, 2014, p. 32).

Nesse fragmento acima trazido, é representada uma das situações mais presentes na realidade da inserção dos profissionais de serviço social na educação, que é o dilema de muitas vezes os nossos papéis se confundirem com o dos professores, sendo que o campo escolar precisa de ambos para consecução do desempenho educacional.

Ao mesmo tempo, como Marcela Silva (2014) sinaliza até mesmo os professores em meio aos problemas enfrentados em sala e na escola se veem de mãos atadas e como se tivesse que inverter os papéis, para agir como psicólogo e assistente social, e isso mostra muito sobre como é necessário esse elo entre o serviço social e a educação, e também a sua legitimidade.

No entanto, mesmo que no Brasil já existam algumas escolas da rede de educação básica com profissionais de serviço social, esse número é escasso se comparado com a demanda. Com a promulgação da Lei 13.935 de 2019 esperava-se que essa realidade mudasse, mas a realidade é que chegamos no segundo semestre de 2021 e essa inserção continua no plano teórico.

Essa perspectiva representa umas das principais barreiras da atualidade para atuação dos assistentes sociais na educação básica, e é uma realidade limitadora, se considerarmos que,

A inserção do profissional de serviço social nesses espaços contribuirá sobremaneira para a ampliação da rede de proteção social, para a organização em rede das demandas de saúde, assistência social, habitação, segurança, emprego, renda, dentre outras dimensões que vêm pressionando o interior desses espaços. (SILVA, 2014, p. 38).

Visualiza-se a importância do serviço social estar efetivamente inserido na rede de escolas da educação básica brasileira, para que a dura realidade vivenciada por milhares de alunos e famílias possa ser transformada, que a emancipação humana seja alcançada e que assim nossos jovens não continuem pagando pelas fragilidades do sistema.

Desse modo, para a categoria profissional, observa-se que é preciso construir frentes de lutas para além das que já existem com os órgãos da profissão, pensando isso a partir dos municípios, para alcançar grandes volumes na luta pela efetivação da Lei 13.935/2019, e assim a tão sonhada rede de serviço social nas escolas será efetivamente uma realidade.

CAPÍTULO II: DIALOGANDO SOBRE O BULLYING, FAMÍLIA E ESCOLA: efeitos na vida de crianças e adolescentes estudantes

Neste segundo momento do trabalho de conclusão de curso será construído um debate sobre o Bullying e a família no contexto escolar para entender como isso interfere no processo de ensino e aprendizagem na escola. Para tanto, no primeiro momento foi feita uma reflexão sobre o Bullying enquanto expressão da questão social, e posteriormente o papel da família na vida educacional das crianças e adolescentes, ressaltando sua importância para fazer essa educação acontecer, sem contar que a família é uma importante esfera para o assistente social trabalhar.

2.1 COMPREENDENDO O BULLYING COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR: aspectos que deixam marcas nos estudantes

Compreender o bullying é extremamente relevante diante de um contexto educacional brasileiro em que são alarmantes os índices de violência. Em seu sentido geral o bullying representa uma problemática que perpassa o contexto escolar afetando os alunos podendo se repetir com frequência, é uma violência que pode ser ocasionada de diversas formas com agressões físicas e psicológicas, que humilham, intimidam e traumatizam é um problema que leva a vítima desde um quadro depressivo, a distúrbios comportamentais e até mesmo ao suicídio. (PORFÍRIO, 2021). Em outras palavras visando identificar o surgimento e uso do termo pode-se dizer que:

A palavra bullying vem do termo inglês (bully), classificada como verbo ou substantivo. Como verbo significa “intimidar”, “brigar”, “maltratar”, “ameaçar”. No substantivo, traz os significados de “agressor”, “valentão”, “bruto”, “tirano”, “insolente”. Dada a utilização do seu derivado Bullying para apresentar o comportamento agressivo de uma pessoa. Que é o uso de força física, ameaça ou coerção para abusar, intimidar ou dominar agressivamente outras pessoas de forma frequente e habitual. Essa violência específica chamada bullying ocorre em todos os espaços sociais, na família, no trabalho, na escola, enfim, onde há pessoas se relacionando, entretanto, é na área escolar que mais se evidencia. (CABRAL et al., 2019, p. 02-03).

Como apontado, é na realidade escolar que essa problemática se apresenta de forma mais densa, muitas vezes invisibilizado diante dos olhares dos professores, demais trabalhadores da educação, pais e sociedade, pois só quando ocorre algo

grave é que passam a enxergá-la. Muitas escolas em meio a tantas demandas não conseguem realizar esse acompanhamento para identificar esse tipo de violência.

Existem várias formas desse tipo de problema ocorrer e afetar as crianças e adolescentes no ambiente educacional, por isso se faz extremamente necessária a sua caracterização apontando os elementos que mais aparecem e se demonstram como situações de bullying. De acordo como Silva e Borges (2018) existem três formas para que essa violência venha a se manifestar: forma direta, a indireta e a psicológica.

A primeira forma se caracteriza pela fato de o agressor tomar pertences ou destruí-los, praticar violência física como chutes, murros, tapas, serem feridos por objetos, já a segunda é caracterizada pela agressão verbal com apelidos, acusações injustas e gozções que podem inclusive fazer com que aquela criança ou adolescente seja excluída do grupo (SILVA e Borges, 2018).

E a terceira, pode não parecer aparentemente que cause danos, mas na verdade é preciso desmistificar essa compreensão, pois esta geralmente fica oculta, silenciada até que já não tem mais como contornar e lidar com a problemática.

Já a agressão psicológica é o resultado das duas formas anteriores mencionadas, não se esquecendo do sofrimento das vítimas com as ridicularizações sofridas, com as intimidações e o próprio medo. Os resultados são devastadores para as vítimas, levando ao isolamento, depressão e em casos mais extremas à prática do suicídio.(SILVA e BORGES, 2018, p. 29).

Conhecendo suas formas de manifestações no ambiente escolar, pode-se perceber a dimensão que o problema tem no contexto educacional, o quão é preciso ser trabalhado na medida em que afeta vidas, afeta o processo de ensino e aprendizagem e levando em consideração que pode chegar ao nível da prática de suicídio pode ser visto também como um problema de saúde mental.

Concordando com essa perspectiva de pensamento, Costa e Miranda em um recente estudo publicado em 2020, realizaram uma análise entre a associação do bullying no contexto escolar com o suicídio, e fica constatado que essa interação existe, e "(...) que vítimas de bullying podem ter impactos negativos em sua saúde mental, podendo apresentar um risco maior de ideação e comportamentos suicidas" (COSTA e MIRANDA, 2020, p. 300). Isso agrava ainda mais a urgência de

intervir nessa problemática, e conhecendo suas formas fica menos complexo planejar estratégias de combate e prevenção.

Dando continuidade, nem sempre o comportamento que crianças e adolescentes apresentam estão associados a si mesmas. Isso porque devemos considerá-los em desenvolvimento e que muitas vezes suas relações sociais estão permeadas por outras expressões da questão social que acabam vivenciando ou presenciando e absorvem aquilo na sua postura no contexto escolar.

Pensando por esse lado, o bullying muitas vezes advém desse contexto e é por essa percepção que precisa-se falar sobre as causas que levam a prática do bullying. Nesse viés,

As causas do bullying vão desde a falta de inserção de valores no ambiente familiar, falta de limites e regras de convivência em sociedade, o modelo de educação que recebem, até a dificuldade do aluno em receber punições através da violência e intimidação e a aprender a resolver os problemas por meio da agressão. (SILVA e BORGES, 2018, p. 30).

Assim como existem essas prerrogativas do ambiente em que a criança e o adolescente vivenciam que geralmente as caracterizam como causadoras do bullying porque influenciam no seu comportamento, sabe-se também que existem um perfil das que sofrem essa agressão. Desse modo,

Geralmente o aluno que sofre bullying tem „característica“ que a diferencia das demais, podendo ser pela sua cor, raça, cultura, pelas suas notas sendo elas baixas ou altas, aparência física e demais circunstâncias que as tornam mais vulneráveis a tais atos. Por sua vez, um aluno com situação financeira inferior aos demais, pode ser alvo de ofensas e piadas, por exemplo. (CABRAL et al., 2019, p. 04).

Para além da figura do agressor e da vítima, tem-se ainda aqueles que representam a maioria nesse fato que acontece no ambiente escolar, aos quais nos referimos aos espectadores, ou como são mais conhecidos, testemunhas do bullying. Estes por sua vez,

Figuram como agentes da prática de bullying os identificados como testemunhas/observadores. O modo como os observadores se comportam diante dos atos de violência permite que sejam classificados como: a) outsider, que adota a lei do silêncio, muitas vezes por medo de se tornar uma vítima; b) defensor, que tenta defender a vítima; c) reforçador, que manifesta apoio ao agressor, espalhando boatos, estimulando-o a brigar ou rindo de suas atitudes; d) assistente, que ajuda o agressor (SALMIVALLI, 2010 apud PEREIRA, 2020, p. 12).

Este conjunto de agentes diante da prática do bullying, portanto torna o problema ainda maior, na medida em que não se trata apenas da vítima e de quem fez o ato, a escola deve lidar com todos esses atores, e inclusive compreender que as intervenções, ações, estratégias, as propostas para lidar com essa expressão devem envolver também a família, pois como ressaltado anteriormente grandes indícios das características dos praticantes do bullying advém do seio familiar, do ambiente que vai para além dos muros da escola.

2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR: importância de sua participação para a efetivação do direito a educação de crianças e adolescentes

Falar de família é inserir esta instituição na centralidade das relações sociais, pois historicamente ela está atrelada as condições sociais, políticas, ideológicas, culturais e econômicas. A família se modifica ao longo da história, hoje temos diversos formatos, mas ela nunca deixou de ser importante na vida dos sujeitos de classe, é no seio familiar que se dão os primeiros passos.

É por isso que quando se trata de discutir temas voltados as crianças e adolescentes é preciso compreender a família enquanto central nisso. Sendo assim, ao debater a educação básica e a presença do bullying enquanto expressão da questão social constantemente ameaçando o público alvo desse trabalho e como o assistente social intervirá é preciso trazer também considerações sobre o entendimento de família.

Na CF de 1988, art. 226, parágrafo 4º consta que: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais ou descendentes”. O que também está presente no ECA, entretanto, acrescido o fato da consideração de família extensa, que consiste naquela família formada por parentes desde que sejam eles próximos a criança e mantenham vínculos de afetivos.

Apesar dessas compreensões de acordo com a CF e o ECA sobre família, esta passa por constantes reformulações, pois novos arranjos ao longo do tempo vão surgindo,

A família vem passando por profundas transformações, seja no que respeita à sua constituição, seja quanto à sua dissolução. Entidades familiares outrora rejeitadas passaram a ser acolhidas pelo ordenamento jurídico. Alteraram-se as relações entre os cônjuges, os companheiros, os pais e os filhos, e entre os familiares. O estudo dos múltiplos aspectos dessa nova família tornou-se imperativo, não só para a compreensão e o adequado dimensionamento dos direitos que cabem a cada um dos seus integrantes, mas principalmente para harmonização dos interesses em conflito. (RAMOS, 2016, p. 17).

Entende-se diante dessas colocações de Ramos (2016) que é extremamente importante perceber essas metamorfoses no contexto familiar, pois será no seio dessa que se desenvolverão as relações entre os que a compõe, sendo ela formada somente por pessoas adultas, ou incluindo também crianças ou adolescentes e daí surgem costumes, crenças, diálogos, conflitos, formando a convivência familiar.

Hoje as principais características de uma família não são conhecidas como a instituição homem e mulher, e filhos heterossexuais, com papéis baseados na cultura machista e da tradicional família brasileira que tem raízes na formação socioeconômica do país. Seus elementos são o afeto, cuidado, a qualidade da convivência.

Agora que bem traçada essa compreensão sobre família, adentra-se ao debate das conexões entre escola e família, porque isso tem que acontecer?

O ambiente familiar é o ponto primário da relação direta com seus membros, onde a criança cresce, atua, desenvolve e expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições, a primeira imagem de si mesma e seus primeiros modelos de comportamentos – que vão se inscrevendo no interior dela e configurando seu mundo interior. Isto contribui para a formação de uma “base de personalidade”, além de funcionar como fator determinante no desenvolvimento da consciência, sujeita a influências subsequentes. (SOUSA e FILHO, 2008, p. 02).

Esse processo que começa ainda quando criança vai se consolidando, e assim como no ambiente familiar os membros acompanham o seu desenvolvimento, na escola deve se ter a mesma convicção. Os jovens não conseguem sozinhos passar por todas as vivências, atividades, experiências boas e ruins na escola, estes por sua vez precisam da família para acolher, guiar e saber de perto o que se passa na vida acadêmica dos alunos.

Essa parceria entre escola e família visa exclusivamente beneficiar os pequenos na sua trajetória, não no sentido de vigiar, mas de realmente participar dos processos que envolvem a aprendizagem, isso significa muito para efetividade do ensino. Assim,

A participação da família no processo de ensino e aprendizagem influi na qualidade de ensino e no desempenho dos alunos. A família precisa estar em torno da escola e ter uma participação ativa, pois, a interação entre escola e comunidade é de suma importância para o estabelecimento de mecanismos de negociação de normas e regras dentro da escola e na sociedade. (LIMA, 2020, p. 52).

Refletindo sobre essa compreensão, cabe ainda mencionar que esse processo de acompanhamento, de parceria entre escola e família também ocorre por que conforme Freire (1979, p. 18) afirma:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, ou seja, a escola não consegue educar sozinha e, para a construção qualitativa do processo de aprendizagem, a educação deve ser pautada numa participação efetiva entre família e escola.

Por isso a concepção que deve guiar e nortear o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes no contexto da educação básica é a incorporação desse sentido trazido por Freire. E assim a relação escola e família é indispensável para aprimorar o andamento da aprendizagem.

São várias as formas das famílias participarem no processo escolar dos filhos, dentre elas, ressaltam-se conforme aponta Caiado (2021), no texto *A importância da parceria família e escola* as seguintes:

- Selecionar a escola baseado em critérios que lhe garanta a confiança da forma como a escola procede diante de situações importantes;
- Dialogar com o filho o conteúdo que está vivenciando na escola;
- Cumprir as regras estabelecidas pela escola de forma consciente e espontânea;
- Deixar o filho a resolver por si só determinados problemas que venham a surgir no ambiente escolar, em especial na questão de socialização;
- Valorizar o contato com a escola, principalmente nas reuniões e entrega de resultados, podendo se informar das dificuldades apresentadas pelo seu filho, bem como seu desempenho. (CAIADO, 2021, online)

Ao realizar essas ações, a família se mantém próxima do contexto escolar, agindo desde a escolha da escola, pois leva em considerações os fatores de qualidade que essa terá para a aprendizagem da criança ou adolescente, na medida em que dialoga com os filhos sobre as vivências da escola estabelece uma relação de confiança e contribui para percepção de fragilidades neste processo escolar.

Dando continuidade a leitura, no cumprimento das regras escolares atende a perspectiva mais burocrática, em questão de determinados assuntos deixar o filho resolver, se trata não de colocá-lo em uma situação de insegurança, mas proporcionar autonomia e confiança para que ele consiga dialogar com os colegas e demais

membros da comunidade escolar, e valorizar o contato com a escola permite acompanhamento integral a educação.

Vale ressaltar que essa relação de parceria não se dá apenas com a busca da família em participar da escolarização dos filhos, apesar dessa iniciativa ser decisiva, mas também a escola tem que criar mecanismos para chamar a atenção dos familiares, atraí-los a escola e mantê-los acompanhando os filhos.

Sobre essa questão, existem formas da escola realizar essa aproximação, no site Canal do Ensino que traz assuntos de destaque na área, apresenta o texto “13 dicas para aproximar os pais da escola”, sendo as seguintes opções:

1. Apresentar a escola e funcionários para a família; 2. Entrevistar os pais e os alunos; 3. Expor o currículo e os projetos; 4. Fazer uma reunião de pais focada no ensino; 5. Marcar encontros em horários convenientes aos pais 6. Expor a produção dos alunos; 7. Informar a comunidade sobre o desempenho da escola; 8. Abrir uma Associação de Pais e Mestres; 9. Incentivar a participação no conselho escolar 10. Empréstimo do espaço para eventos da comunidade 11. Criar uma escola de pais com palestras e debates 12. Visitar as famílias em casa 13. Promover festas e comemorações. (CANAL DO ENSINO, 2021, online).

Desse modo, se rompe com a perspectiva que tem se apresentado historicamente na realidade educacional, em que as crianças e adolescentes que não têm a família presente, que frequentam poucas vezes no ano e não ligam de acompanhar agenda, atividades e ações da escola e se os pequenos estão tendo bem estar acarretar problemas no seu desempenho.

Além dessas elucidações diante das características apresentadas enquanto fundamentais para afirmar o papel da família na escola, percebeu-se como essa parceria é necessária.

Assim, a família e a escola são alicerces para qualquer indivíduo, por isso essa aproximação fará não somente com que a escola cumpra seu papel de socializadora de conhecimento, mas também resultará na motivação dos alunos, além de ser um bom caminho para que a escola atinja seu objetivo de formar cidadãos responsáveis e conscientes de seu papel na sociedade. Portanto, torna-se imprescindível estabelecer uma relação de parceria entre a escola e a família, os resultados do desempenho escolar dos alunos resultarão tanto no escolar como no social. (LIMA, 2020, p. 52).

Sendo assim, reitera-se que é de suma importância a conexão entre família e escola para o sucesso das crianças e adolescentes na educação. Essa parceria é vista como uma estrutura dentro da educação que faz a escola acontecer, e assim será alcançado o êxito nesta esfera vida social.

CAPÍTULO III: ENTRE O ELO DA ESCOLA E A FAMÍLIA O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: Intervenções possíveis

O referente capítulo aborda os aspectos metodológicos almejados e executados para a realização deste TCC, que tem como objetivo geral compreender como o assistente social realiza o enfrentamento as demandas do Bullying enquanto expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no âmbito escolar. Deste modo, também demonstra a apresentação dos achados diante da temática fazendo a relação de como os assistentes sociais entre a escola a família e as crianças e adolescentes atua para erradicação do bullying.

3.1 DELIMITANDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: o caminho para a estrutura da pesquisa.

A metodologia consiste em uma estrutura de grande relevância para que os trabalhos científicos consigam ser construídos, desse modo a mesma agrega vários elementos que juntamente devem ser seguidos e neste estudo esse sentido não se faz diferente. Através da delimitação metodológica a ser apresentada é que foi possível chegar nos resultados deste trabalho, com uma temática de extrema relevância para a categoria profissional e toda a sociedade.

É diante desse entendimento que podemos dizer que este estudo foi guiado pelos tipos de pesquisa bibliográfica, descritiva com abordagem qualitativa, buscando desvendar o objeto estudado: intervenções possíveis do assistente social sobre o bullying como expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no contexto escolar da educação básica.

Para tanto, compreende-se a pesquisa bibliográfica,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Optou-se por este tipo de pesquisa pelo fato de que não seria possível realizar estudos nas escolas e verificar os assistentes sociais atuantes nesse ambiente em meio a pandemia do COVID-19, também foi critério para escolher a pesquisa bibliográfica o fato de que a literatura apresenta alguns materiais sobre a temática que foram suficientes para estruturar o debate. No tocante a pesquisa descritiva,

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2009, p. 42).

Com base nessa descrição, compreende-se o porquê da escolha desse tipo de pesquisa, em que sua relevância está na capacidade que busca apreender as características do objeto de estudo, sua relação com os demais contextos que estão a sua volta, contexto este que faz parte do universo abordado. Nesta perspectiva metodológica, a pesquisa descritiva foi vista enquanto um forte recurso neste trabalho, demonstrando detalhadamente o objeto estudado.

Dentro dessa linha de construção, apresenta-se também a abordagem que norteou esse estudo científico, esta por sua vez que se considerou primordial para poder elucidar a temática, que vai para além do quantificável.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria. (GOLDENBERG, 2011, p. 10).

Foi de suma importância a escolha dessa abordagem, considerando que tanto o serviço social, como a escola e a expressão da questão social estudada situam-se dentro de uma particularidade ao lidar com a família e os alunos na política educacional, assim sendo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Face a estrutura metodológica especificada, a pesquisa obteve êxito, podendo apresentar as compreensões sobre como o assistente social vem realizando o enfrentamento as demandas do Bullying enquanto expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no âmbito escolar.

3.2 O BULLYING NA ESCOLA E A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: uma intervenção necessária

Ao debater o bullying no ambiente escolar reitera-se o quão essa problemática tem afetado o desempenho e qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Este problema muitas vezes é silenciado, pois devido as atribuições que cada professor tem no ato de ensinar não conseguem enxergá-lo diante dos jovens, o olhar da gestão também não está diretamente focado nos alunos, a família que muitas vezes não acompanha devidamente, e os alunos que não compartilham a problemática.

Retomando o debate sobre essa expressão da questão social para que não haja mais dúvidas, entende-se por este fenômeno,

“(...) é considerado um fato que já vem perpetuando há algumas décadas, apresentando como característica o desenvolvimento de atos agressivos em relação à sua presa no qual é intencional, e tem o objetivo de ridicularizar sua vítima, deixando a mesma com algumas sequelas que lhe acompanharão ou não durante toda sua vida. (SILVA e ARAÚJO, 2015, p. 129).

Dada sua perpetuação, e em se tratando de uma violência a forma mais efetiva de se trabalhar na sua atenuação é por meio da prevenção, criando mecanismos que possam coibir o seu acontecimento. Assim os profissionais das escolas em geral precisam estar capacitados para lidar com essa demanda, uma vez que ela atravessa diretamente o processo de ensino e aprendizagem.

Mas mediante a esse contexto, se todos os profissionais tem que estar capacitados e participar do seu enfrentamento, e também considerando que os demais profissionais do âmbito escolar nem sempre vislumbram esse fenômeno, qual o papel que o assistente desempenhará para essa prevenção e combate ocorrer?

Neste sentido, o assistente social, ao compor a equipe multidisciplinar, tem por sua vez o papel de atuar diretamente com propostas e projetos que visem à prevenção e combate ao bullying, fortalecendo desse modo a parceria entre família e escola, pois ambas são fundamentais para combater e identificar os atos violentos. (SILVA e ARAÚJO, 2015, p. 140).

Há de se convir que a prevenção seja o maior campo que o assistente social irá contribuir no enfrentamento ao bullying com a criação de projetos dinâmicos e com ações que irão apreender os olhares das crianças e adolescentes no contexto escolar. Cabe frisar que em meio a sua prática os profissionais de serviço social dispõem de uma dimensão educativa.

Essa dimensão tem contribuído historicamente para alavancar sua inserção na política de educação, onde através da sua voz, do seu poder de dialogar com pessoas pode realizar socialização de informações que sirvam como guias para potencializar seu desenvolvimento enquanto sujeitos, e na escola trabalhar essa dimensão principalmente na intervenção contra o bullying é condição indispensável ao fazer profissional.

Convém caracterizar aqui, o que seria a ação desempenhada a partir dessa dimensão que o assistente social tem utilizado, assim sendo, essa:

dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.(ALMEIDA, 2005, p. 25).

Mediante a essa ponderação o que se vislumbra com a dimensão educativa é que na intervenção do assistente social será considerada a inserção na política educacional, seu envolvimento com os alunos, família e comunidade, bem como a compreensão das relações sociais para que a intervenção não se constitua em algo velado, mas que possa almejar a mudança social. Considerar os processos que permeiam a vida dos alunos é de extrema importância para uma ação que contemple suas particularidades.

Seu perfil social e educativo enraíza-se quando constrói uma rede de relações e articulações dentro e fora da escola; quando mobiliza diferentes instituições (família, conselhos comunitários, centros de saúde, etc.) e profissionais em prol de uma educação produtiva; no instante em que não só compreende e decifra a realidade, mas, propicia que os outros do seu círculo de trabalho também a analise criticamente; ao compreender a pesquisa como aliada para o avanço da profissionalização e de uma análise mais apurada da prática profissional. (SOUZA, 2008, p. 07).

Considerando esse perfil profissional, o serviço social na educação vai lidar com a mediação de conflitos presenciados pelos alunos, trabalhando sua resolução ou para que esta nem chegue a acontecer. O assistente social trabalhará com temáticas que levem os alunos a refletir, redefinir sua concepção acerca do bullying e com isso alcançar o êxito na erradicação do mesmo.

Com isso, o Assistente Social deve estar direcionado a um profissional que não somente executa, mas também propõe, ao identificar as incidências do bullying escolar, atuar conjuntamente com a instituição e com a família, já que a mesma é de suma relevância para que se possa entender as particularidades de cada contexto social a qual as crianças estão inseridas, e desse modo, o serviço social na educação desenvolve seu trabalho, dando suporte não somente à escola, mas também à família, sensibilizando-as das reais consequências que o fenômeno pode vir ocasionar, além de fazer possíveis encaminhamentos a outras políticas públicas, para que assim se tenha um maior êxito nas propostas de combate e minimização do bullying. (SILVA e ARAÚJO, 2015, p. 141).

Em meio a desconexão ou a fragilidade dessa entre alunos, professores, demais trabalhadores da escola e pais, o serviço social no seu processo interventivo trabalhará para resgatar essa relação, que construirá vínculos entre ambos no sentido de que a educação não acontecerá de forma efetiva se o processo de ensino e aprendizagem não ocorrer integralmente. Esses atores devem se articular dentro e fora da escola.

Trabalhando interno e externamente o profissional de serviço social tem a capacidade de resgatar o sentido de parceria da escola, de fazer uma educação conjuntamente. Ele irá sensibilizar a família para que esta perceba como a problemática tem interferido na vida dos jovens e principalmente na escola, caracterizando o bullying e desmistificando ideias equivocadas que muitas vezes reproduz essa invisibilização do problema até que seja tarde demais.

Em uma pesquisa realizada com 20 (vinte) profissionais de educação e 23 (vinte e três) alunos de uma escola municipal da cidade de Bayeux/PB, região metropolitana de João Pessoa, intitulada "*BULLYING NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DESSA PROBLEMÁTICA*". Ficou evidente no discurso dos participantes da pesquisa a necessidade de o assistente social trabalhar na escola e sobretudo com o bullying. No estudo ainda puderam ser apontadas algumas possibilidades para intervenção profissional.

O assistente social poderia primeiramente nesse contexto das manifestações dos problemas sociais, sobretudo o Bullying, criar mecanismos de investigação, como a pesquisa para que posteriormente, fosse criado projetos de intervenção, através da conscientização com palestras, debates, entre outras. O aconselhamento com os alunos, os profissionais e a família também seriam essenciais para a diminuição, por exemplo, da exclusão social. O trabalho com as famílias dos alunos, com os jovens envolvidos com drogas, adolescentes em gestação, os temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, também é objeto de intervenção do assistente social. (SILVA, 2014, p. 04).

A partir dessa compreensão, visualiza-se que as possibilidades de intervir junto a escola não são reconhecidas apenas no campo profissional, o serviço social tem sua legitimidade perante os profissionais de educação e os alunos, que também reconhecem a importância da prevenção a violência como é o caso do bullying, além de outras temáticas e demandas que o profissional pode lidar.

Em Santos (2014), no artigo intitulado “*As Práticas Socioeducativas do Assistente Social na Política de Educação*”, foi possível observar uma prática socioeducativa que fomenta a criação de grupos no contexto escolar e que contribui muito para a reflexão de temáticas importantes. O assistente social passa a coordenar esse grupo e desenvolver ações. Assim, o profissional tem a possibilidade de:

(..) criação de grupos com crianças ou adolescentes de discussão de temas transversais à educação formal relacionados aos problemas enfrentados pela comunidade (...) ou em caráter de prevenção, abordando-se temáticas relacionadas à violência, ao bullying, à homofobia, à diversidade, a doenças sexualmente transmissíveis, a drogas lícitas e ilícitas, enfim, a uma série de temáticas pertinentes às necessidades de cada grupo, respeitando-se sempre a faixa etária dos envolvidos, como também os seus anseios em relação aos assuntos a serem discutidos e refletidos. (SANTOS, 2014, p. 89).

Vê-se que as possibilidades interventivas existem, cabe aos profissionais se apropriarem durante seu processo formativo e o estado e a ótica privada através do estabelecimento de relações trabalhistas contratam os assistentes sociais para lidar com as demandas estudantis. O autor ainda salienta como é possível também a realização de formações e reuniões com os professores, isso estimula o conhecimento da realidade, a interação entre estes atores e o contexto escolar, além de fomentar a formação continuada, que é um importante eixo para que os profissionais estejam sintonizados com a atualidade, tendo em vista que novas demandas podem surgir.

Os assistentes sociais tem muito a contribuir na erradicação do bullying na escola, sua formação crítica, propositiva e criativa o faz transitar dentro do espaço escolar e fora dele construindo uma rede articulada que repercute como consequência

na efetivação do processo de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes, além de contribuir para os demais profissionais da educação e assim incide na própria política educacional, enquanto um dos principais mecanismos da nossa sociedade.

Assim, a intervenção do assistente social mediante tais atos no processo educacional irá contribuir para ações que propiciem a prática da cidadania e inclusão social, buscando intervir nas demandas sociais existentes, com o grande desafio de buscar alternativas para mediar os conflitos interpessoais como o bullying, proporcionando a conscientização do respeito que se deve existir diante da alteridade. (ARAÚJO e SILVA, 2014, p. 04).

Convém ressaltar que apesar do estudo demonstrar as principais contribuições do assistente social na intervenção sobre o bullying no contexto escolar da educação básica, ainda existem limitações no sentido da produção de conhecimento sobre essa temática. Estudar o bullying enquanto fenômeno não é algo novo, entretanto, investigar a intervenção do assistente social neste fenômeno é mais recente e dada a inserção ainda a passos lentos na rede de educação básica, esse trabalho já contribui significativamente para instigar a temática.

Os trabalhos que versam sobre o serviço social na educação em sua maioria sinalizam as experiências profissionais de modo geral, são mais discussões conceituais e do ponto de vista de reconhecimento das legislações que dão embasamento a essa prática profissional. Apesar dessa característica ser um elemento positivo para a produção de conhecimento neste espaço sócio ocupacional, é preciso que se estabeleçam pesquisas sobre a intervenção especificamente no bullying visando dialogar com as experiências que compartilhadas ampliem as possibilidades interventivas da categoria e fomentem cada vez mais sua ação e inserção nas escolas.

Por fim, pode-se dizer que o bullying consiste em uma das principais expressões da questão social que estão presentes no contexto escolar e geram dificuldades para a consecução da aprendizagem de crianças e adolescentes. Entretanto a presença do serviço social e a sua capacidade de diálogo com a política de educação e os atores dessa realidade criando propostas e realizando ações interventivas diante de suas dimensões: técnico-operativa, ético-política, teórico-metodológica e agregando a estas a dimensão educativa consegue romper com a trajetória dessa problemática na vida escolar das crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho almejou compreender como o assistente social realiza o enfrentamento as demandas do Bullying enquanto expressão da questão social vivenciada por crianças e adolescentes no âmbito escolar. Desse modo obteve-se respostas significativas no que tange a intervenção profissional nesse fenômeno que afeta a realidade escolar de milhares de crianças e adolescentes.

Com o estudo foi possível mensurar que o profissional assistente social atua desde a identificação desse fenômeno até a sua erradicação. Isso se dá por meio da sua capacidade de compreender a realidade e a partir dela agir sendo crítico, propositivo e criativo, utilizando-se de uma dimensão educativa reconhecida historicamente no contexto de consolidação da profissão.

O serviço social diante da realidade escolar da educação básica pauta-se na compreensão essencial de que existe uma rede a ser construída com a escola para o trabalho ser efetivo, desse modo, no trabalho profissional com o bullying são considerados parte do contexto: alunos, professores, demais profissionais da escola, a família, a comunidade. É preciso trabalhar com estes através de grupos específicos de acordo com suas particularidades no sentido de conscientização sobre as causas e consequências do fenômeno bullying.

Diante do exposto, conclui-se que o serviço social é primordial para que os alunos tenham a melhoria da qualidade do ensino quando estes profissionais realizam intervenções sobre o Bullying, as tornando mais conscientes e contribuindo para que obtenham o êxito na escola.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. N de.; SILVA, L. B. A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS PRÁTICAS DO BULLYING. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 2, n. 5, 2014.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Explanada, 1988. Atualizada versão 2020.
- _____. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. 1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 4º ed. 2020.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, Brasília: 1990.
- _____. Lei n. 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm >. Acesso em: 16 de maio de 2021.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. Brochura/Reimpressão. Brasília/DF, 2014.
- COSTA, R. B. da. et al. O ECA COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Plataforma Espaço Digital. IV CONEDU. 2020.
- CRP et al. GUIA PRÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019 SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE SERVIÇO SOCIAL NAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA. 2021.
- CABRAL, D. G. et al. BULLYING NA ESCOLA: CONHECENDO OS PORQUÊS. VI CONEDU. 2019.
- COSTA, K. M. da.; MIRANDA. C. E. S. Associação entre bullying escolar e suicídio: uma revisão integrativa da literatura. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/ Brazilian Journal of Mental Health, v. 12, n. 31, p. 312–327, 2020.
- CAIADO, Elen Campos. A importância da parceria família e escola. Educador Brasil Escola. Disponível em: < <https://educador.brasilescola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/a-importancia-parceria-familia-escola.htm> >. Acesso em: 16 de maio de 2021.

CANAL DO ENSINO. 13 dicas para aproximar os pais da escola. Canal do Ensino. Disponível em: < <https://canaldoensino.com.br/blog/13-dicas-para-aproximar-os-pais-da-escola> >. Acesso em: 16 de maio de 2021.

DENTZ, Marta von; ROBERTO, Silva. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serv. soc. soc**, p. 7–31, 2015.

FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M de Q. O trabalho do/a assistente social na educação no Nordeste. IN: Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação / Adriana Freire Pereira Férriz, Mayra de Queiroz Barbosa, organizadoras.- Salvador: EDUFBA, 2019.

FREIRE, P. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, p.1-46.1979.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social/ Antônio Carlos Gil – 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LOBO MOREIRA DE LIMA, Andréia. A importância da participação da família no processo de ensino-aprendizagem. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, v. 6, n. 1, p. 49–61, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social na área da Educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, v. 8, n 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MOREIRA, R. B. de R.; SILVA, C. R. C da. DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL E NO ENFRENTAMENTO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, v. 0, n. 0, 2018.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAULA, Ana. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 44, n. 7, p. 1–8, 2020.

PORFÍRIO, F. "Bullying"; Brasil Escola. 2021. Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm> >. Acesso em 16 de maio de 2021.

PEREIRA, Edgar Abrahão. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. 2020. 55 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2020.

RAMOS, Patricia Pimentel de Oliveira Chambers. Poder familiar e guarda compartilhada: novos paradigmas do direito de família. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS, A. M de. As Práticas Socioeducativas do Assistente Social na Política de Educação. In SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na educação: teoria e prática. 2ª Ed. São Paulo: Papel Social, 2014.

SOUZA, I. L. de. DIMENSÃO EDUCATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. In CRESS/SC. 2008.

SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na educação: teoria e prática. 2ª Ed. São Paulo: Papel Social, 2014.

SILVA, A. H .B.; ARAÚJO, L de S. BULLYING: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL. Serviço Social & Realidade, v. 24, n. 2, 2015.

SILVA, L. R. da. BULLYING NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DESSA PROBLEMÁTICA. I CONEDU. 2014.

SILVA, L. O.; BORGES, B. S. Bullying nas escolas. Direito e Realidade, v. 6, n. 5, p. 27-40, 2018.